



ATA DA 159ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 25/06/2014, sob a presidência do Senhor Secretário Wanderley Meira do Nascimento, realizou-se a 159ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 158ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Posse dos Senhores Lucas Phelippe dos Santos e Manoel Victor de Azevedo Neto, como conselheiros titular e suplente, respectivamente, representantes da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras – SMSP.

Ordem do dia

1. Discussão e Votação do **Parecer Técnico nº 003/CADES/2014**, da Câmara Técnica de Obras Viárias, Drenagem e Transporte que analisou o **Estudo de Impacto Ambiental das Obras de Controle de Inundações da Bacia do Alto Aricanduva**, pelo presidente José Carlos Andersen, conselheiro representante da Secretaria Municipal de Transportes no CADES.

Anexos:

- Ata da 158ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
- Parecer Técnico nº 003/CADES/2014 - da Câmara Técnica de Obras Viárias, Drenagem e Transporte que analisou o Estudo de Impacto Ambiental das Obras de Controle de Inundações da Bacia do Alto Aricanduva



Secretária Executiva Ocleres Harkot: Senhoras e senhores bom dia vamos dar início à nossa plenária do CADES. Essa é a 159ª reunião Plenária Ordinária, dia 25 de junho de 2014, quarta-feira, às 9h00. Pauta. Vou passar a palavra para o Secretário Ricardo Brandão, para dar as boas-vindas.

Secretário Adjunto Ricardo Brandão: Bom dia a todos os Conselheiros e Conselheiras. Estou aqui representando o Secretário Wanderley, que está em uma reunião com o prefeito nesse momento. Agradeço, dou as boas-vindas a todas e todos, que seja uma excelente reunião. E vamos ver a pauta aqui, Ocleres.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Vamos passar para a discussão e votação da ata da 158ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. Se os Conselheiros tiverem alguma objeção, que se apresente agora. **A Ata da 158ª Reunião Plenária Ordinária do CADES foi aprovada por unanimidade.**

Secretário Adjunto Ricardo Brandão: Vamos passar para o próximo item de pauta que é a posse. Senhor Lucas Phelippe dos Santos e Manoel Victor de Azevedo Neto, como conselheiros titular e suplente respectivamente, representantes da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras – SMSP. Sejam muito bem vindos.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Agora, nós vamos para a ordem do dia. Discussão e votação do Parecer Técnico 003/CADES/2014, da Câmara Técnica de Obras Viárias, Drenagem e Transporte, que analisou o Estudo de Impacto Ambiental das obras de Controle de Inundações da Bacia do Alto Aricanduva pelo Presidente da Câmara Técnica, José Carlos Andersen, Conselheiro representante da Secretaria Municipal de Transportes no CADES. Com a palavra, José Carlos Andersen.

Cons. José Carlos Andersen: Bom dia a todos. Finalmente estamos conseguindo organizar para fazer a apresentação deste parecer técnico que já estava pronto e definido já em março desse ano. Então eu não vou me estender muito no detalhamento da apresentação, porque o parecer já foi divulgado duas vezes a todos os presentes, e eu acredito ser mais ou menos do conhecimento. Vou só fazer algumas atualizações e correções propostas neste relatório. Próximo, por favor. Trata-se de uma intervenção agora, mais completa, visando, finalmente, controlar esse problema sério, que existe nessa região da cidade. Ele compreende várias obras estruturais, e reservatórios, mini reservatórios, controle de estrutura de extravazão, parques lineares e sistema viário. Próximo, por favor. Então ele está localizado ao longo da Bacia do Aricanduva. Próximo. Esse mapa ilustra a localização dele na cidade, e a localização da Bacia do Aricanduva. Então todos esses pontos, principalmente nesta primeira região aqui, vamos ter várias estruturas de contenção, parques lineares, e mais na frente, a maior parte da Bacia, alguns mini reservatórios ou *polders*, controle de extra-vazão, que é um problema recorrente dessa Bacia, com problema de escoamento na foz do Tietê, esta água extravasa e escorre, e faz o refluxo para as ruas, para o sistema viário local. Então nós acreditamos que com isso, estará bem-atendida a região, e realmente complementa todas as necessidades que foram levantadas, que foram tomadas à frente nesses últimos anos. Além disso, haverá o tratamento de sistema viário, alteamento nas pontes próximas à Avenida



Itaquera, e alteamento das pistas, para evitar também, esse problema do fluxo, pavimentação no sistema viário lateral da região. Por favor. Então, como já foi dito, foram incorporados novos conceitos de drenagem, a fim de mitigar esses problemas, historicamente conhecidos, aí nesta Bacia. Por favor, o próximo. O projeto tem uma estratégia de construção, de organização, e de desenvolvimento. Um montante também, muito grande de escavação, e de aprofundamento de alguns reservatórios já existentes. Estima-se que com a conclusão de todas essas medidas, terá uma boa forma de aumentar a eficiência do escoamento águas dessa Bacia. Próximo, por favor. A obra é dividida em 4 lotes. Lote A1, alteamento das pontes. A Ponte Manilha tem esse problema também, de alteamento, que está muito próximo do nível das águas, e constantemente esse refluxo alaga esse ponto. Próximo, por favor. Lote A2. Da Avenida Arquiteto Vila Nova Artigas. É o complemento da pavimentação que já existe, parcialmente, nas proximidades da Bacia. Próximo, por favor. Reservatório Taboão é outro que vai receber um montante significativo de investimentos de obra. Próximo, por favor. A3. O reservatório de amortecimento dos Machados. Adequação das estruturas. Próximo, por favor. Parques lineares. Próximo. E tudo isso conjugado. Vai-se dar uma característica de urbanização muito melhor nesta região. Bom, aí temos os detalhamentos das intervenções, do que vai ser proposto em cada um desses parques lineares. Próximo. Temos aí os detalhamentos de ordenamento e da organização. Bom, então, na conclusão, a avaliação que a Câmara Técnica fez dentro desses objetivos de implantação de todas essas fases... a Câmara Técnica propõe ser favorável à expedição da licença ambiental prévia, com validade de dois anos, desde que sejam cumpridas pela Secretaria, SIURB, todas as exigências descritas no que vem a seguir. Bom, essa primeira proposta nossa, de atualização, do parecer técnico, já não tem mais necessidade, porque o Conselho Gestor da APA da Fazenda do Carmo já se manifestou. Logo essa exigência, já não faz mais sentido. Então agora, vamos passar a comentar e fazer as exigências específicas. O parecer do IPHAN- Conpresp com relação à parte cultural e o diagnóstico arqueológico. Todos os decretos, os DUPs deverão ser citados também, e avaliados. A questão responsável pela vigilância e guarda das áreas remanescentes das desapropriações. O Programa de Comunicação Social e Ambiental é outra preocupação grande da parte da gente para ter uma organização e um controle para evitar esses impactos sociais, não somente quanto às questões de desapropriações, mas também de reassentamentos. Próximo. Também continuando no programa de reassentamento, as equipes técnicas que vão fazer o controle e administração disso. A gente também recomenda o prazo máximo de 12 meses para o reassentamento das populações afetadas. O projeto das ciclovias nos parques também, todo o controle existente, inclusive a manifestação do executivo pró-ciclista da prefeitura. Manifestação da Comissão Permanente de Acessibilidade, Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia do Alto Tietê. São esses os eventos dentro desse campo. Com relação ao meio físico, claro, a manifestação da Sabesp quanto aos programas existentes, de drenagem e controle das águas, a relação da comunicação de SIURB com Sabesp, Comgás, Transpetro. Pode rodar. A questão dos resíduos provenientes da limpeza e das obras de desassoreamento dos reservatórios, alvará de movimento da terra, e laudo das medições de ruído diurno e noturno. Complemento de monitoramento de controle de ruído, a questão de acessos aos reservatórios, e



inspeção de imóveis no entorno das obras, para evitar problemas de interferência na estrutura desses imóveis. Plano de monitoramento de recalques. Próximo. Projeto executivo, memorial descritivo, e plano de ataque de obras, todos detalhados, para que ocorra a emissão da LAI. Projeto básico das áreas de lazer previstas, e a questão do controle e do que fazer com a poluição resultante dos gases emitidos nos reservatórios. Próximo. Cronograma físico-financeiro. Plano de interrupção temporária de frentes de obras, e plano de desvio de tráfego e sinalização de obras, aprovado pela CET. Próximo. As estimativas de volumes de insumos, resíduos e material proveniente da demolição das áreas construídas. Próximo, por favor. Os planos básicos ambientais, detalhamento para o plano de gestão ambiental, plano de monitoramento da qualidade, monitoramento dos níveis de ruído, monitoramento de recalques, gerenciamento de resíduos sólidos, e programa de gestão de tráfego durante as obras. Próximo. A manifestação do departamento de gestão de patrimônio imobiliário, Eletropaulo, sua manifestação também, balanço de áreas permeáveis e impermeáveis para se verificar o que se ganha, o que se perde e como se compensará. Manifestação da CAIEPS/CTLU, da Comissão com relação à legislação urbanística, com relação a reservatórios de contenção. Próximo, por favor. Nas áreas contaminadas também é o mesmo procedimento que se toma qualquer empreendimento. Tendo verificação, gerenciamento de obras, contingência para qualquer evento, com de emissões. Próximo. Do meio biótico, a revisão de alimentação das áreas de influência do Parque Municipal Fazenda do Carmo e a APA. A caracterização da portaria, com relação à caracterização da vegetação existente, o cadastramento arbóreo decorrente disso. Próximo, por favor. A organização desse levantamento da vegetação existente, melhor especificação e descrição desse levantamento da vegetação. Termo de compromisso ambiental para o manejo da vegetação, a ser executado. As intervenções das APPs, virá a obter autorização do DEPAVE e a anuência da Cetesb. Próximo, por favor. A questão da ajardinção e área permeável deverão ser contabilizadas dentro do projeto do empreendimento. Manifestação do DEPLAN quanto às intervenções nos parques lineares. A gente propõe a retirada exigência número 51, uma vez que ela já está melhor descrita em uma exigência futura que é número de 64. Próximo, por favor. Então um estudo da mastofauna, metodologia aplicada para fazer esse levantamento. A proteção e da biodiversidade dentro do Parque Natural, e também a compensação. Deverá ser feito um investimento dentro desta área natural existente, do lado do empreendimento. Próximo, por favor. Estudo da ave e fauna deverá ser refeito. Fauna sinantrópica também, refeito e rerepresentado. E a comprovação da compensação ambiental e unidade de conservação. 0,5% do valor de referência, a ser aplicada nessa região do parque municipal. Pode passar. Dentro da questão da fauna sinantrópica, o problema da dispersão. A recomposição e supressão. Foi apresentado (incompreensível) de modo satisfatório. Então, todos os detalhes referentes a isso. O primeiro parágrafo da exigência 59 foi assunto de grande debate dentro da Câmara Técnica, e a decisão foi de suprimir esse acompanhamento por no mínimo, 4 anos. Quer dizer, na verdade, quem determinou isso está preocupado com a questão da manutenção, do acompanhamento da vegetação. Mas a gente tem que seguir o que reza a determinação. Então a gente propõe a operação dessa parte e com relação a esse acompanhamento e consolidação da arborização implantada, que seja feita segundo o decreto número



130 do DEPAVE, de 2013. Ou algum outro instrumento específico sobre isso, mais atualizado. O pessoal do DECONT ficou de pesquisar se foi feito algum aperfeiçoamento dentro disso, mas a sugestão é que seja cedido o que determina a legislação existente. Próximo, por favor. O cumprimento de modo satisfatório, apresentar o plano de trabalho para aplicação dos recursos oriundos da compensação ambiental. Próximo. Programa de paisagismo de pré-urbanização. Tem que cumprir de modo satisfatório o objetivo, e o programa deverão ser acrescidos da elaboração de projetos paisagísticos, nas áreas verdes criadas, de modo compensatório. E o ajardinamento deve estar de acordo com as determinações da legislação municipal. Os programas para obtenção da LAI deverão ser detalhados, e conter o responsável pela execução. Com relação a fonte do recurso financeiro. A gente acrescenta a exigência número 64, que suprime a de número 51. Então a 64 tem o seguinte texto: as exigências e/ou condicionantes constantes do parecer técnico da APA Parque Fazenda do Carmo, número 012014 deverão ser atendidas. Esse relatório da APA e Fazenda do Carmo, a gente recebeu, e eu gostaria de apresentar a vocês, uma síntese do que foi colocado lá. Quer dizer, na verdade, esse relatório número 01 manifesta a sua aprovação. Eles são favoráveis à emissão da LAP, desde que siga as recomendações colocadas por eles. Então eles concordam com algumas coisas, reforçam as exigências aqui apresentadas com relação a detalhamento de projetos de plantas em relação a alguns reservatórios, e reforçam a questão da importância para que os assuntos elencados acima sejam objetos de análise visando contribuição para composição do cálculo dos valores das compensações ambientais a serem previstas. Como a questão de 0,5% do empreendimento, ser aplicado nessa reserva natural. É isso que eu tinha a apresentar. Fica agora a deliberação do Conselho. Muito obrigado.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Obrigada, Zelão, pela apresentação. E eu abro para se algum Conselheiro quiser fazer uso da palavra. Fernando.

Cons. Fernando: Bom dia. Fernando, da Secretaria Municipal de Transportes. Só uma dúvida, Zelão. No começo da apresentação está colocado que a aprovação da licença prévia, desde que sejam cumpridas as exigências? Ou é da licença de instalação, desde que sejam cumpridas as exigências. Porque a licença ambiental prévia é a que a gente está votando a aprovação hoje. Então da forma que está colocado ali, dá a entender de que a licença ambiental prévia só vai ser aprovada desde que sejam atendidas aquelas exigências. E não é o meu entendimento. O certo é que a licença prévia vai ser emitida e a de instalação, desde que sejam atendidas as exigências.

Cons. José Carlos Andersen: É isso mesmo. As exigências da APA da Fazenda do Carmo são referentes à emissão da LAI.

Cons. Fernando: Só que no texto que você apresentou está escrito que a licença ambiental prévia será emitida desde que sejam atendidas todas as exigências. Então está errada a forma que está escrita.

Cons. José Carlos Andersen: Você está se referindo à exigência 64?



Cons. Fernando: Antes. Favoráveis à expedição da LAP, com validade de 2 anos, desde que sejam cumpridas pela Secretaria, todas as exigências descritas na parte 3. Não é isso. A expedição da LAP vai ser dada. E a de instalação, desde que... É o item 5, na conclusão. Página 11 e 12. Só alterar o texto. É que foi colocado de uma forma errada. Só isso. Isso. Exatamente. É só o que eu quis dizer.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Nós vamos fazer essa alteração no texto. E agora, eu passo a palavra para a Conselheira Cristina Antunes.

Cons. Cristina Antunes: Bom dia. Cristina Antunes. Eu tenho algumas observações que dizem respeito a questões recorrentes. Quando a gente fala, no item 27, dos reservatórios. Você fala em mini reservatórios, tanto faz se são mini ou se são grandes, resta sempre a dúvida de quem vai ser responsável pela manutenção. Mais adiante, você coloca que cabe às subprefeituras. As subprefeituras, sabidamente, não têm condição... Não é competência. Condição de fazer esse serviço. A gente sabe também, que têm duas linhas diferentes com relação a esses projetos de drenagem. Duas linhas conceituais. Uma entende que devem ser ampliadas as galerias de águas pluviais, e aumentada a permeabilidade da região, que inclui imóveis particulares, e a outra linha, que foi a que prevaleceu, a dos piscinões e reservatórios. Agora, falar piscinão virou meio palavrão. A gente tem que falar reservatórios e mini reservatórios. Mas novamente, não está claro, na aprovação da LAP, a quem vai competir esse trabalho. E a gente sabe que depois de um ano esses "reservatórios", que eu ponho até aspas, já não cumprem a função porque estão assoreados, porque a prefeitura já não conseguiu fazer manutenção. Então a SIURB é o requerente aqui. A SIURB não tem a atribuição de fazer essa limpeza. Essa limpeza está sendo passada para as subprefeituras. A gente sabe que as verbas das subprefeituras, embora os subprefeitos peçam recursos, incluindo item limpeza de piscinões, quando chega na Câmara, corta esse dinheiro, e a gente fica ao deus-dará com essa limpeza. Então essa é uma questão que me preocupa imensamente. Porque a gente tem visto que isso se repete na cidade. Outra questão você fala que o projeto atendeu a novos conceitos de drenagem. Eu queria que você esclarecesse o que são esses novos conceitos de drenagem. E tem aqui o reservatório de amortecimento, que eu também pediria que você esclarecesse, porque eu não sei o que é. Com relação à questão socioambiental, tem aqui, remoção de moradias. Serão substituídas por Parques Lineares. Existem projetos na SEHAB para acolher essas famílias? Isso daqui vai ficar por conta do empreendedor? Como é que isso daqui vai ser encaminhado? Porque outra vez, recorrentemente, as famílias são removidas, mas não são realocadas. Porque faltam projetos para esse atendimento. Outra questão que diz respeito também ao que o Fernando colocou. Mas enfim, ele colocou pela redação. Ao longo do documento todo, não... Só em alguns casos se fala em prazos para o cumprimento dessas condicionantes. E isso tem acontecido em todos os projetos que a gente aprova aqui no CADES para emissão da LAP. Eu sempre falo que a gente tem acompanhado de perto o do monotrilha, e não tem acompanhamento do cumprimento dessas condicionantes por parte desta Secretaria, que é quem está emitindo as condicionantes. Os próprios empreendedores apresentam relatórios. Esses relatórios teriam que ser analisados aqui, para ver se isso daqui deu conta... se as ações deram conta de atender as



condicionantes. Aqui, por exemplo, você mesmo falou nisso outro dia... Manifestações de IPHAN e Conpresp você não tem como saber quando é que isso vai sair. Está certo? A gente sabe que são órgãos complicados. E a validade dessa LAP de 2 anos pode ser absolutamente insuficiente para isso. Mas a LAI vai sair antes disso. O Plano Ambiental básico que fala da população afetada no prazo máximo de 2 meses, esse plano tem que ser feito pela SEHAB. E a gente sabe também, das dificuldades que isso envolve. A mesma coisa se repete nos itens 33, 34, 35, 37. Falam planos e programas. Não têm data. Não têm quando que tem que apresentar isso. A mesma coisa, o item 46, que fala para o empreendedor apresentar um quadro dividido por lote e reservatório. Isso compete à SIURB, só. Então deveria ter uma data. Quando é que se espera que isso seja apresentado? Mesma coisa, ações para o manejo de fauna. A obra não poderia começar sem que esse plano tivesse sido executado. Fala-se inclusive, de dispersão dessa fauna. E essa seria competência da SIURB, casada com essa Secretaria. E por fim, só reiterando, quem é que vai fazer o acompanhamento do cumprimento desse monitoramento todo. Então algumas são recorrentes, Ocleres. Eu peço desculpas até, para o Conselho, porque eu insisto nessa questão desse acompanhamento. Desse follow-up. E a questão das datas, que realmente não estão definidas. O empreendedor fica livre. Ou por outro lado, fica com problema de cumprir datas que realmente sequer dependem deles. Muito obrigado.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Só fazendo um apontamento. Que nas duas plenárias passadas, o Cláudio, do DECONT, fez uma explanação sobre o acompanhamento das exigências, só para que fique registrado. Agora eu passo a palavra para a Fátima.

Cons. Fátima Cristina: Fátima Cristina, da UGT. Queria reforçar o que ela colocou também. Que eu queria entender o que eram novos conceitos de drenagem. Em relação também à questão da manutenção, que nós temos sérios problemas aqui na cidade, só reforçando, e a questão da moradia, que é uma preocupação nossa também, da UGT, em relação a essas questões de realocamento de famílias e tudo o mais, que a gente costuma acompanhar. E em relação à questão da educação ambiental, reforçar o monitoramento. E a outra, só levantar a questão em relação a torre de transmissão. (incompreensível). Porque eu não vi o projeto. Não observei qual é essa torre. Só lembrar que pode ser a CETEP. Não é a Eletropaulo. Porque a distribuição está com a Eletropaulo, mas as torres de transmissão são da CETEP, na cidade.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Ok. Pela sequência, Zelão, com a palavra.

Cons. José Carlos Andersen: Ok. José Carlos, SMT. Bom, Cristina essas suas colocações são recorrentes, e a gente também, dentro das Câmaras Técnicas, a gente vai construindo as exigências. Isso já foi abordado na reunião passada também. A gente vai aperfeiçoando a nossa maneira de analisar os critérios e tudo o mais. E também sabemos das dificuldades da divisão das atribuições dos diversos segmentos da prefeitura, para tocar os empreendimentos. A gente procura ter o máximo de garantia possível. Por exemplo, essas questões mais delicadas referentes a questões socioeconômicas, desapropriações, remanejamento de famílias, a gente coloca tudo quanto é possível colocar. Quer dizer, a



Comissão Técnica, os decretos de interesse social, quem vai compor. Tem prazo para isso. Para acompanhamento das famílias e tudo o mais. Está tudo descrito. Agora, fica difícil também, a gente querer ter controle total da coisa. Nós estamos tratando do licenciamento ambiental. Quer dizer, evidente que os problemas socioeconômicos são referentes ao meio urbano, invasões, problemas sociais, problemas de moradia. Evidentemente, são problemas ambientais. Mas a gente tem que traçar um limite aí, até onde a gente pode legislar, exigir, com relação a esses critérios, e até onde a gente extrapola o nosso poder. Quer dizer, a gente tem esperança, tem visão que a coisa vai ser feita. Mas o acompanhamento de todas essas fases de implantação, fiscalização, também é da Secretaria do Verde, e os outros setores da prefeitura, envolvidos. Com relação a essa questão de novos conceitos de drenagem, eu não sou um especialista na questão. Quem for entendido na questão (incompreensível) o empreendedor, que me desculpe. Mas pelo pouco que eu conheço que eu trabalhei na região, o problema característico daquela Bacia, das enchentes, se dá por várias maneiras. Primeiro, a velocidade do fluxo das águas canalizadas pelo córrego. A gente observou que muitas vezes, nem está chovendo na região, e vem uma chuva torrencial fora do município, e aquela onda vai devastando tudo. Outra coisa é a questão do refluxo. Por problemas de invasão na foz, essa água que é canalizada para lá, retorna e sobe o nível da calha do rio, e acaba alagando também. Então, essas duas características, esse projeto está procurando atender. Primeiro, a redução da velocidade do fluxo da água, e o controle desse refluxo. Por questão de válvulas, alteamento das pistas onde isso é mais ocorrente. E dando uma questão urbanística, paisagística, para a região, construindo parques lineares ao longo dos reservatórios e tal. Então eu creio que a questão está bem equacionada. Está bem atendida. Salvo algum especialista no assunto, que possa contradizer. Mas pelo que está proposto aqui, eu acho que está atendido. A questão de prazo de acompanhamento. Aí, algumas coisas a gente está revendo isso, nos critérios de avaliação das Câmaras Técnicas também. Algumas coisas não fazem sentido ter muito prazo, porque elas são de outras instâncias. Por exemplo, da emissão da LAI, ou da LAO. Então querer que o empreendedor entregue isso dentro de um prazo exíguo, também é fugir da realidade. É uma coisa fora. Mas em função disso tudo também, procuramos colocar o máximo possível. E o atendimento dessas questões extrapola também o poder aqui, nosso, de representante, uma vez que isso fica por conta dos setores da Secretaria do Verde. Era mais ou menos isso que eu queria falar.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Obrigada. Mônica Santiago, de SIURB.

Cons. Mônica Santiago: Bom, eu sou nova aqui no CADES. É uma das primeiras reuniões que eu estou participando. Eu acompanhei todo esse processo de licenciamento dessa obra. E o que eu observo é que hoje, a apresentação aqui foi muito sintética. É um resumo de tudo. Isso já foi debatido, o EIA/RIMA foi apresentado várias vezes. Nós trouxemos os projetistas, os elaboradores, e tal. Teve audiência pública. Tiveram umas quatro apresentações para as populações do entorno do empreendimento na APA do Carmo. Então o assunto foi muito debatido. Não sei se ficou claro para todos, mas quem teve oportunidade de participar, acho que conseguiu tirar todas as dúvidas sobre o empreendimento. Quanto a uma coisa que



eu acho que o Zelão não colocou, foi do reassentamento. Está previsto nesse empreendimento a construção do “Minha Casa, Minha Vida” para atender todas as famílias que vão ser removidas no entorno do empreendimento. De acordo com o cronograma da obra, seu início está previsto pra 2015. Então até lá a gente vai apresentar. A LAP é o primeiro passo. A gente não pode nem investir muito, enquanto você não tem uma licença para fazer o empreendimento. Senão você vai investir em um projeto que é caro, e se o empreendimento não for viável? Então hoje, espero saber que o empreendimento é viável ambientalmente, para a gente poder investir no projeto executivo, e nos projetos detalhados. Aí sim, na fase de LAI é que nós vamos apresentar todas essas complementações para ter a licença, realmente, de instalação do empreendimento.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Obrigada, Mônica. Agora, senhor Eduardo. Tem uma sequência aqui de anotação. Eu vou seguir, por favor. Eduardo.

Cons. Eduardo: Bom dia a todos. Eduardo Faria, Secretaria do Governo. Eu já fui parcialmente contemplado, mas de todo modo, eu gostaria de reafirmar algumas posições. Primeiro, a questão conceitual. Nós tratamos da LAP como um estudo de viabilidade no empreendimento. A partir daí é que deve ser esmiuçado e deve ser trabalhado com detalhamento. Se ele é inviável, para por aqui. Não é o caso. Nós estamos tratando de uma intervenção de drenagem. Que é o objetivo é o quê? Mitigar os problemas de enchente em uma região da cidade. Então tem um foco, muito mais do que social. Questão de segurança, também. E de urbanidade. A questão dos piscinões: já tem um estudo da prefeitura, já até convênios com o estado de São Paulo de fazer essas limpezas. Agora, não se trata de discutir quem vai cuidar do piscinão aqui. Já que a responsabilidade, efetivamente, é da subprefeitura. Nós estamos tratando de licenciamento e não de manutenção da intervenção. A segunda questão é da Habitação, que a Mônica já tratou do assunto. A Habitação, não se concede a LAI se não tiver o projeto, se não tiver os (DIS) Decretos de Interesse Social. E o Decreto já determina onde serão reassentadas essas famílias. E naturalmente, já tem o “Minha Casa, Minha Vida”, que está contemplando. Todos os projetos de drenagem, de mobilidade urbana do estado de São Paulo, recebem recursos do PAC. Fundo perdido. Isso não é endividamento da cidade e é uma grande oportunidade de fazer essas intervenções que a cidade está por merecer a muito tempo. Agora, a questão de desapropriação é com recursos próprios. Então o “Minha Casa, Minha Vida”, não contempla terrenos. Apenas habitação. De todo modo, a LAI só será concedida se todas as exigências forem atendidas. Com relação a prazos para determinar, já discutimos isso insistentemente. Não dá para engessar o empreendedor. Se o prazo da LAP é de 2 anos, e ele tem o interesse comercial em fazer o trabalho, em executar essa obra, ele terá que se desdobrar para conseguir isso no prazo previsto. Senão, ele não poderá fazer instalação. Enquanto não houver a LAI, não há nenhuma intervenção local. Não há nenhum prejuízo para a comunidade. A não ser o retardamento que poder vir com enchentes, que, se por um lado, São Pedro tem ajudado sob esse aspecto, também está prejudicando pela falta de água na cidade. Mas de todo modo, nós não podemos trabalhar com as intempéries. Temos que achar que a cidade pode sofrer uma tromba d’água, ou várias delas, seguidas, no



verão, e isso trazer problemas para a cidade. Outro detalhe: a maior parte dos piscinões ou dos reservatórios, eles não preveem nenhuma intervenção de reassentamento. E eles já podem ajudar no problema da mitigação das enchentes. Alguns desses reservatórios que a Mônica pode detalhar, não têm nenhum tipo de desapropriação. Eles serão feitos já de forma a mitigar o problema da enchente, e sem que você tenha que tirar qualquer família do local. Então eu acho que a gente tem que ter uma visão eu diria que não é simplista, mas bem objetiva, de que nós estamos analisando uma LAP, e não uma LAI. E as exigências de LAI é que vão permitir a concessão da licença. Outro detalhe, eu não vejo necessidade de que o Verde deva acompanhar as exigências de LAP. Porque não têm nenhum sentido. As exigências de LAI, daí sim, terão que ser cumpridas, porque depois, você vai ter que conceder a LAO, que é a Licença de Operação. Que nesse caso, basicamente, (incompreensível) se trata de uma licença de operação. Isso vai se aplicar mais corredor de ônibus, coisas assim, que realmente, você vai ter um novo momento. A partir do momento que você conclui a obra, que é uma obra de intervenção como essa de drenagem, a obra se conclui por si própria. Não tem porque conceder LAO, a não ser a LAO... Seria a finalização da obra que o empreendedor receba, eventualmente, algum recurso que ele tenha para receber.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Conselheiro Azzoni.

Cons. Alessandro Azzoni: Bom dia. Alessandro Azzoni, da Associação Comercial. Só complementando um pouco o Zelão, a questão das drenagens. Esse projeto, eu acompanhei assim, porque nós temos um problema aqui na Ricardo Jafet, que é mais ou menos parecido, em questão da velocidade de água que chega justamente no córrego do Ipiranga. Na época acho que era o Sérgio, eu falei que esse projeto seria muito interessante também se aplicar lá. Esse projeto, quando você fala do... Eu lembro até que a gente cogitou negócio sobre a parte da habitação até, que a parte dos reservatórios não afete nenhuma parte de habitação. Ou seja, eles podem ser implantados, inclusive de imediato. Inclusive mitigando uma possível inundação. Esses reservatórios... Esse projeto foi muito interessante na apresentação dele, porque o material foi muito bem feito. Inclusive, eu coloquei que o mais importante do projeto foi colocado muito pequeno. Que é a redução da velocidade da água chegar aos reservatórios. Os reservatórios, esse pequeno no mapa, parecem que é horizontal. Mas não. Essa área, ela vem em um declive. Então os reservatórios, eles ficam geralmente um em cada patamar, justamente para não ocorrer o que acontece geralmente nos outros piscinões, nos outros reservatórios. Que a água chega em certa velocidade, e acaba enchendo, praticamente, o reservatório em uma velocidade muito grande. É o que acontece no caso da Ricardo Jafet. Não adianta você aumentar o leito do córrego do Ipiranga, porque você vai inundar o Tamanduateí. Então não teria como você fazer qualquer obra lá, de alargamento, se você não tiver as contenções. E esse projeto do Aricanduva, ele contempla totalmente essa parte das barreiras. Ou seja, a água, ela vai ter as contenções, então vai demorar a chegar aos reservatórios, percorrendo um longo caminho de canais, e o que vai facilitar muito o sistema de drenagem que é feito através de... Não só a obra concretada, então nós pegamos muito isso. Foi um projeto espetacular em questão de drenagem. Eu até pedi que fossem implantadas e fossem até colocadas na questão do córrego do Ipiranga. Não só para



complementar essa. Em questão dos prazos, eu também concordo com o que o Sérgio falou. Eu ia rebater isso. O empreendedor tem dois anos, Cristina, para fazer. Se ele não cumprir em dois anos, ele vai ter que requerer outra. Então o prazo está aqui. Não é que não tem prazo. O prazo está dado. E ele tem dois anos para fazer. Se ele não fizer, ele perde a licença. Ele vai ter que entrar com a licença novamente. Então, é uma pergunta recorrente, mas eu falei isso da outra vez. E ele inclusive, ele até fez a apresentação para você, inclusive, dizendo como que era.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Pela sequência, conselheiro Ivo.

Cons. Ivo: Ivo, Savoy City, Leste 1. O que eu vejo de interessante no impacto que esse projeto trouxe para a nossa região, é que nós tivemos um subprefeito lá, que se preocupou em ir ao Córrego dos Machado conversar com a comunidade, levar assistente social, algo raríssimo na prefeitura de São Paulo, porque infelizmente, eles deixam o lugar para ser impactado, deixam aumentar a invasão, para depois todos abrirem as sacolas e dizerem “eu vou ganhar uma casa” através dessa invasão. E lá, ele se preocupou... Esse nosso antigo subprefeito, e passou a levar à prefeitura, levar assistentes sociais, fazer um mapeamento da região, número de famílias atingidas. Quer dizer, fez um trabalho correto, que é um facilitador. A cidade deveria ser conduzida assim, com mais civilidade, para não acontecer o que está acontecendo no Campo do Corinthians. É só. Obrigado

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Olga.

Cons. Olga: Eu acho que é uma oportunidade interessante viu, Azzoni. Vou continuar um pouco aquilo que você falou e que Cristina também levantou. Essa questão polêmica do conceito, da concepção dos planos, das formas de retenção da água na cidade. Nós estamos falando da zona leste, que é uma zona densamente urbanizada. Não é? Uma zona de ocupação horizontal. Portanto ela ocupa muito a superfície. É uma área densamente problemática, do ponto de vista de contenção de escoamento pluvial e fluvial. Então eu... Enquanto você estava falando, eu estava... É muito interessante essa história da gente participar de Câmara Técnica nesse Conselho. É uma grande oportunidade de nós amadurecermos idéias e conceitos. Então, o que eu queria colocar para todo mundo é o seguinte, eu acho que a escolha do projeto, o conceito do projeto, se é um piscinão, que é uma coisa mais incisiva, mais pesada, ou se a gente vai trabalhar em uma coisa mais ecológica, em projetos mais orgânicos, usando as formas de retardamento mais orgânicas... Esqueci o... Aquele tipo que imita várzea, como é que chama? Aquilo é o... Eu já vou lembrar. Não. Não é polder. É aquele que você faz uma... Usa uma área grande, até para poder fazer uma cópia da natureza. É um atland. O atland é uma coisa muito interessante. Eu, com uma formação assim, mais ligada à ecologia, eu adoro o atland. Só que vamos pensar uma coisa. Quem é que merece mais ser defendido e protegido em uma área como a zona leste? É a população ou é a natureza? Eu até deixo para todo mundo pensar nisso. Eu acho que o piscinão, ele está reduzindo a área de engenharia. E protegendo a população. Se fosse o atland, a gente precisava de muita área, que significaria muita remoção de população. Então era essa a reflexão que eu queria trazer para todos.



Secretária Executiva Ocleres Harkot: Senhor Ângelo.

Cons. Ângelo: Ângelo. Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste. Eu acompanhei essa questão tanto aqui na Câmara Técnica, como também no GT de empreendimento do Conselho da APA do Carmo. Quando se falou em prazo, eu ia lembrar que normalmente, o prazo é antes do início da LAI. Então já está definido. Quando se falou na questão de manutenção dos parques e dos piscinões, nós, moradores da região, a gente vê que é bem precária essa manutenção. Hoje eu estou trabalhando na gestão ambiental da subprefeitura, que os recursos da subprefeitura para isso, praticamente não existem. Então é difícil a gente pegar e falar: a subprefeitura vai fazer. Outra questão, inclusive, dentro das exigências do Conselho da APA, a questão do parque, até se está sugerindo que os parques lineares sejam sem equipamentos. Porque é outra coisa que a manutenção deixa a desejar. Principalmente nós da região leste, que temos sofrido muito com essa questão de parque sendo invadido. Nós temos um parque lá, que é o parque da Conquista, que hoje está ocupado praticamente 90% com de habitação. Gentilmente, depois daquela reunião que eu falei, o Carlos foi visitar. Ele me ligou, ligou para o Ivo. Nós temos acompanhado, mas não tem conversa. Eles estão aumentando, e eu acho que é uma questão. Não sei o que você vai fazer? Mais parque, mais parque, mais parque. É consultado ante a Secretaria? É consultado ante a Subprefeitura? Se há condições de estar acompanhando esses parques? Inclusive, nós estamos até com dificuldade com os próprios gestores dos parques. É isso. Obrigado.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Pela sequência de inscrição, Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Cristina Antunes, SAJAPE. Eu tenho às vezes, a sensação de que aqui no CADES se tomam as observações que a gente faz como um contraditório. Não é. A gente fala porque tem vivência das situações que são colocadas, e são absolutamente para contribuir. Não são para detonar projeto nenhum. Então, Zeca, eu também não tenho formação técnica para discutir opção por tipologia de projeto de drenagem. Eu só coloquei que existem esses dois, está certo? Não vou... Não estou questionando o que foi colocado. Eu estou questionando, o que eu estou colocando como lembrete, como observação, é o "day after". Porque a gente sabe, como o Ângelo acabou de falar, que a gente sabe que têm problemas. Então, Sérgio, não adianta a gente querer tapar o sol com a peneira e dizer, não depois a gente vê manutenção. Já se está implantando no projeto, um equipamento que já, sabidamente, tem problema de manutenção. E não é só por conta disso, sujar o entorno. É porque perde a função. Um piscinão assoreado perde a função. Então não adianta nada a gente ignorar que existe esse problema. Pelo contrário. A gente tinha que se equipar, tomar as providências necessárias, para garantir que isso não aconteça de novo, de novo e de novo. Entendeu? Então é sim, uma preocupação que deve passar aqui por esse Conselho. Não para não aprova-la. Eu concordo com a Mônica. Isso daqui vai estar... Em algum momento, vai ser aprovado. Eu também espero que seja hoje. Está certo? Agora, com relação ao acompanhamento... o Cláudio está lá levantando a mão, ele fez realmente essa apresentação Azzoni, mas ficou claro também, na apresentação dele, a limitação da Administração Pública e da própria Secretaria para fazer esse follow up. Então, o que foi proposto, eu reiterarei nessa reunião. Não foi proposto por mim,



originalmente. Foi pela Cristina da OAB que não está aqui hoje. É que isso tenha participação da sociedade civil. E hoje existem os Conselhos Participativos nas Subprefeituras, que eu acho que poderiam assumir esse trabalho em parceria com as Subprefeituras. Então não é para inviabilizar nada. É para a gente tomar cautelas que são necessárias para que o próprio projeto seja eficaz. Não adianta só ser eficiente em termos de está bom, vamos abrir um piscinão aqui, vamos diminuir a velocidade da água. Isso tudo é teórico. E na prática, tem que funcionar. E só vai funcionar se realmente todas as atenções forem dadas aos vícios que a gente já sabe que historicamente, foram reconhecidos. Então nós não estamos inventando a roda. A gente está chamando a atenção para problemas que já existem. E que podem ser geridos. Podem ser administrados de alguma forma. A contribuição que a sociedade civil pode dar é essa. Nós não somos os técnicos da subprefeitura, não somos o prefeito que tem a caneta na mão para dizer vai ser piscinão ao invés de ser aumento de galerias. São duas técnicas... Como a Olga falou, são duas técnicas consagradas. Só que cada uma tem suas demandas posteriores. O “day after” de cada uma delas é diferente. Então eu entendo como o Zeca falou também em outra reunião, que há sim, algumas condicionantes que são impraticáveis. Eu acho que sobrecarregar o empreendedor com demandas que dependem de órgãos que a gente sabe que são complicados, para dizer o mínimo, eu acho que isso daqui não deveria estar na lista das condicionantes. Mas é só uma opinião. Porque eu tenho visto quanto que os empreendedores se debatem para conseguir algumas dessas manifestações que não dependem deles. Vão perder o prazo porque o IPHAN não vai dar a tal da manifestação, entendeu? Dentro do prazo. O prazo não é mais dele. O prazo é do IPHAN. Então, eu não estou desqualificando o projeto em nenhuma hipótese. Eu estou tentando aumentar a qualidade do projeto, e a viabilidade dele ser bem sucedido, e eficaz. Não é só construir e deixar lá, como o Ângelo falou. Têm problemas que aparecem depois. E todos nós sabemos disso. Porque todos nós lemos jornal e vemos a situação que estão muitos dos piscinões da cidade, municipais e estaduais.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Ok. Cláudio do DECONT, vai fazer uma explanação.

Cons. Cláudio: Claudio, DECONT 2 - Licenciamento. Em relação, Cristina, ao procedimento do piscinão, dos reservatórios que ficam acumulados, a gente já trabalhou isso no passado. Existe um decreto municipal que compete às subprefeituras, depois eu te dou o número dele, que eu não sei de cor agora, de fazer essa manutenção, essa limpeza. Então tem que se cobrar das subprefeituras. Existe um decreto. Ninguém sabia quem fazia a limpeza, manutenção, e aí foi feito esse decreto, que tem que ser feito pela subprefeitura. Com relação também ao acompanhamento das exigências que eu expliquei na semana passada, sim, a gente tem uma deficiência na Secretaria. A gente precisaria de muito mais técnicos, até uma sessão específica para fazer esse acompanhamento. A velocidade das licenças que a gente vai expedindo, a gente vai acompanhando os mais importantes. Alguns... Nós não estamos acompanhando adequadamente. Concordo com você. Mas, nós estamos tentando trazer mais técnicos. E concurso, tal, para a gente suprir essa questão. Então é isso que eu queria falar sobre o decreto que existe, e sobre essa questão.



Secretária Executiva Ocleres Harkot: Ok. Obrigada. Agora, senhor Carlos, do DEPAVE.

Cons. Carlos: Nós estamos debatendo aqui o licenciamento ambiental. Como bem o Ângelo citou, no caso do Parque da Conquista, e a gente tem que pensar nisso que todo esse licenciamento, todas essas atitudes, esses procedimentos que nós precisamos fazer, nós estamos esquecendo de uma coisa. A parte social e a parte de segurança pública. Nós temos hoje na cidade de São Paulo, um estado de pré-guerra. E a gente não pode esquecer isso. Sabe? Isso é a nossa realidade. Então tem o ponto de vista ambiental, temos que seguir... Você foi muito clara aí, tem o ponto de vista de engenharia, de retardamento do fluxo de água, refluxo, piscinão e tudo o mais. Mas nós estamos nos olvidando do problema segurança pública. Isso daqui vai acontecer lá na frente. Não é agora. Agora, aqui, nós estamos em licenciamento ambiental e tudo o mais. Por quê? Eu peguei um gancho que o Ângelo falou do Parque da Conquista. É isso mesmo, sabe? É uma questão de que foi lá, houve ação, está tendo ação da subprefeitura junto com o DEPAVE, junto com a Secretaria, mas nós temos que ter o amparo de segurança pública. E isso vai acontecer em qualquer projeto desse tipo. Eu acho que isso caberia também, em uma segunda etapa, a gente não pode esquecer isso, tem que botar na memória 2. Lá na frente, quando isso estiver começando a ser implantado, pensamos em segurança pública. Era isso que eu queria falar. Muito obrigado.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Passo a palavra para o Secretário Ricardo Brandão.

Secretário Adjunto Ricardo Brandão: Apenas complementando dois temas aqui, já colocados. Sobre a questão da drenagem, eu tive a oportunidade de participar de vários empreendimentos aqui na cidade de São Paulo, desde o início da década de 80. Eu diria, em 1988, pegando aí, várias gestões, Maluf, Ferraz, Jânio Quadros, Covas, enfim... Até 1988 a questão era viária. Então o foco era viário. O Córrego, Ribeirão, rio, riacho, atrapalhava o trânsito. Então, isso é muito importante... Nós estamos aqui em 2014 discutindo isso. Mas houve essa mudança e para melhor. Nós tínhamos então, na época, final da década de 70, 80, até o comecinho da década de 90, um programa chamado PROCAV. Era o Programa de Canalização de Córregos e Implantação de Vias de Fundo cujo foco era o viário. Então eu participei diretamente disso. Durante muitos anos trabalhei na zona Leste. E esse foco gerou os problemas que nós estamos discutindo aqui. De inundação. Por quê? Por que está inundando. Além do que foi colocado pela Olga e por outras pessoas aqui da ocupação? A falta de planejamento, a falta de diretrizes, e eu diria até, “uma preguiça do órgão público”, dos órgãos públicos de então, para se estudar a questão como um todo. A partir de 1989, houve uma mudança de mentalidade aqui na cidade de São Paulo. A gestão da prefeita Luíza Erundina, entre os vários debates que eu tive oportunidade de participar, justamente a nossa Secretaria. Que foi logo no comecinho de 1993 que ela foi criada. Porque os debates foram acontecendo. E eu também tive a oportunidade de participar, conceito de Bacia de retenção ou Bacia de acumulação. Que era simplesmente, você alargar as margens dos córregos, em uma cota mais alta, para que a água não atingisse o leito carroçável. Nós nem falávamos ainda, em eclant, não falávamos em polder. Isso não estava ainda no nosso dicionário. Então essa Bacia de retenção, ou Bacia de acumulação, nesses quatro anos, deram origem aos que foram chamados depois, piscinões. Tanto é que o primeiro piscinão foi



inaugurado em 93, porque os projetos básicos, tudo já tinha sido feito na gestão da Luiza Erundina. Acho que talvez, pouca gente saiba dessas... Como bem colocou a Olga, dessas reflexões que foram feitas. Então eu acredito que esse conceito dado aqui, já é um novo. Mas talvez, muito bem colocou também o Azzoni na questão das barreiras, da velocidade da água, na própria permeabilidade do solo. Então gera um conjunto de novas variáveis, para estarmos tratando dessa questão. Então assim, eu acho que há uma diferença muito clara. Inclusive citando também aí, a parte da manutenção, nós lançamos naquela época, entre 1989 e 1992, um programa chamado CLIC. Eram Canalização e Limpeza Integrada de Córregos. Que pode ser lançado aqui, como uma ironia, o CLIP, Canalização e Limpeza Integrada de Piscinões. Eu não vejo por que não pode ser feito isso. Temos aí em discussão agora, o orçamento de 2015. Então aí cabe a representante da SIURB, Mônica, representante aí das subprefeituras, o Lucas, também está estudando isso. Colocar isso de forma clara, cravada, junto com SEMPLA, SF, a própria SGM, as limpezas como dotação orçamentária, que já existem. Mas cravar isso de forma muito mais objetiva. E também, eu queria abordar outro tema, da participação social. No final de maio, a Presidenta Dilma Rousseff lançou um decreto sobre a participação social. Não sei se todas e todos aqui viram. É um decreto, inclusive, que está sendo muito criticado por uma parte não significativa. Mas uma parte ecoante aí, da sociedade, que prevê a participação social dentro da implantação de políticas públicas. Dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais. No caso do município, o prefeito Fernando Haddad foi um dos primeiros prefeitos a assinar. O nome que se tem, jurídico, para isso, é um acordo que tem que ser feito, para que a participação popular seja sistematizada. Quer dizer, não fica a participação popular só talvez nos mecanismos então existentes. Vai um passo além. Então, nós lá da Secretaria do Meio Ambiente já estamos estudando isso. Nós já formalizamos internamente um grupo para estudar os reflexos desse decreto no âmbito do município, e a nossa intenção é que a partir de 2015 várias políticas nossas, no meio ambiente, já estejam com essa formatação nova da participação social. E fica aqui também, já o nosso compromisso, de que para esse empreendimento específico, isso já vai ser formatado junto aí com os outros órgãos intervenientes, SIURB, Empreendedor, Secretaria de Transportes, para que isso possa ser efetivamente gestado e funcione. Acho que até muitas questões que você levantou Cristina, que são muito corretas. Então para que a gente consiga efetivamente tratar os problemas, levantar e solucioná-los, também.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Pela ordem, senhor Ivo.

Cons. Ivo: Ivo, Leste 1, Parque Savoy City. Bem, o nosso querido diretor do DEPAVE colocou a questão de polícia, que é a questão da Conquista. Eu me propus, porque eu estive com o Comandante Geral e a convite, no aniversário do 10º batalhão que é lá em São Mateus, e a gente, que não é poder público tem mais acesso a esse povo. Eu estou pensando como costuro através de entidade, ofício, uma junção entre a Ambiental e a Polícia Militar do Estado de São Paulo, para que tenham ação lá, porque não pode deixar nesse... Nós estamos vivendo um desmando na cidade. Eu protocolei uma limpeza próxima ao Shopping Aricanduva, de mais de 5 mil metros. Aí conversando com o subprefeito, falei, espera aí, não faz isso não, porque se limpar vai invadir. Se estiver cheio de mato, ao menos a gente tem tempo de tirá-los. É a



estratégia da cidade, agora, agir ao contrário. Agora, eu parablenizo a Conselheira Cristina, que fez uma colocação interessante. Eu sou o Conselho Participativo da cidade, junto com o meu parceiro ali. Fomos votados e eleitos. Eu acho que a proposta que ela colocou que a gente chama... A gente pensa que o Conselheiro Participativo, no mínimo, tem que ter uma liderança, ter um olhar abrangente nas questões da sua região. É a missão dele. Essa questão de fiscalização dos locais onde foram colocados ali na Leste, tem um perto do shopping Aricanduva que não causa problema nenhum. Muito bem organizado. Mas nós temos, por direito, cobrado a prefeitura, trabalho e verba. Que a gente está ali para isso. Eu acho que uma das funções do Conselho é essa mesmo. Por isso, o teu projeto vai seguir adiante, Cristina. Obrigado.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Cristina Antunes, SAJAPE, Sul 2. Sobre o comentário do Cláudio, a gente reitera essa posição que agora o Ivo reiterou também, que o Conselho Participativo pode ser esse fórum. Eu fico super feliz, Ricardo, com as informações que você dá, porque nos dá um horizonte, uma perspectiva muito positiva desse envolvimento da sociedade civil, que já existe, já pode existir até independentemente do novo decreto da Dilma. A gente já tem órgãos da sociedade civil, têm setores da sociedade civil muito bem organizados, e agora os Conselhos Participativos, que podem ajudar. A intenção, eu preciso sempre frisar, é ajudar... Não é jogar areia nos projetos da administração. Primeiro que seria uma burrice da sociedade civil. A gente está aqui dando nosso tempo, nossa competência nas áreas que a gente pode, para isso, eu quero lembrar o que o Carlos falou também. Nós estamos em uma situação que não se podem mais abrir parques, porque não têm estrutura para fazer manutenção. Então, não adianta tapar o sol com a peneira, e entender que não, depois se dá um jeito. O depois tem que começar hoje. Essa questão da política de canalização de córregos, obviamente, teve uma visão que naquele momento, pareceu boa. A gente está vendo as consequências. Então, tem que ter sim, um olhar para o depois. A gente tem que pensar que a cidade não para na hora que o projeto é colocado em operação. A hora que a SIURB termina a obra. Porque a obra tem uma resposta que a gente vai sofrer, em muitas ocasiões, no "day after". Então acho que tem sim, que olha, eu insisto nisso. Nós temos que pensar inclusive nessa questão da manutenção. O tal do CLIP, se a gente puder ajudar para colocar isso na prática imediatamente, eu acho que ia ser uma ótima providência. Porque vou repetir de novo, as subprefeituras... eu sei, Cláudio, que as subprefeituras são as encarregadas disso. Já houve essa discussão. Quem que é, quem que não é. A gente sabe do decreto. A gente sabe que compete à subprefeitura, sabemos que a subprefeitura coloca no pedido de verba, na época do orçamento, em setembro, e a gente sabe que a Câmara corta. Então, se tiver um Clip, que articula o orçamento de várias secretarias com relação a isso, eu acho que a gente terá dado um passo fundamental para conseguir realmente, que os projetos de drenagem, sejam eles quais forem, tanto faz se é o atland, se é piscinão, se é piscininho, se é reservatório, tem que funcionar. Certo? A nossa preocupação é a viabilidade, efetividade desses projetos. E eu concordo com essa questão que o Ivo colocou, e que o Carlos colocou. É uma questão de segurança pública. Criar novos espaços públicos nesta



cidade é realmente uma proposta de risco, eu diria, temerária. Porque a gente ainda não tem a estrutura pronta para enfrentar as situações que esses espaços geram. Obrigado.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Obrigada, Cristina. Agora, Fátima.

Cons. Fátima Cristina: Cris Palmieri, da UGT. Bom, o que eu queria colocar aqui é o seguinte, nós estamos aqui por quê? Tem cada um o pouco de tudo o que foi falado. Nós temos um papel. Somos sociedade civil, participando junto com o poder público e o empresariado. Então, se a gente está falando em evolução, nós trocamos constantemente o nosso celular, nossa televisão, nosso carro. Isso mostra que os projetos têm que ter a visão sistêmica. O estado tem que ter uma visão sistêmica, a sociedade tem que ter uma visão sistêmica. Evoluir. Evoluir. E para atender quem? Nós, cidadãos, estamos aqui discutindo. Nós todos somos cidadãos. Nós todos queremos um bem-estar geral, qualidade de vida. Então, projetos que se estacionam, quando a gente não tem novos conceitos, quando a gente pergunta aqui, é para esclarecer e ter projetos quando a gente vê muito sintético. Fica difícil também, o entendimento. Então a gente vem aqui para pedir informação, levar informação, discutir. Somos representantes de vários setores da sociedade, para construir juntos, uma cidade melhor. Estamos aqui discutindo em fóruns como eu, na Agenda 21, na Rede Nossa São Paulo, nos ODMs. Estamos discutindo junto à ODS. Estive no lançamento do Plano Participativo, Participação Social, da Presidente. Estamos tentando trazer a Lígia Pereira, que é coordenadora geral da Participação Social na gestão pública, para trazer para cá para São Paulo, estar junto à ODM e à Agenda 21. Ela prometeu que ela viria. Porque no fórum brasileiro de mudanças climáticas, discutimos essa questão dela poder vir a São Paulo, à cidade de São Paulo e ao estado de São Paulo, para falar para a sociedade o que é. Justamente porque virou polêmico. Então vamos escutar antes de fazer qualquer coisa. Então isso também vale para cá. Então nós estamos cada um aqui, que tenha a boa intenção de evoluir, de desenvolver, de somar, de contribuir, com seus problemas. Mas a gestão pública se fosse tão simples, tão objetiva, tão assim... nós não teríamos problema nenhum. Não estaríamos nem aqui. A cidade de São Paulo é complexa. Ela é referência lá fora, por questões econômicas, mas ela é complexa. E atender a nós e a todo um sistema. Então eu acredito que essa visão que a gente fala, quando fala cidade sustentável, cidade verde ou cidade inteligente, estamos discutindo aí, cidade resiliente. Não é problema nosso também, discutir cidade resiliente com a questão das cheias? Quais são os nossos problemas em relação à cidade resiliente? De uma cidade sustentável? Se a gente não tiver bairros sustentáveis, nós não vamos ter cidade sustentável nunca. Nem resiliente. Então todo mundo tem que conversar sim. E os projetos têm que ter visão curta, de médio prazo, e longo prazo. Tem que pensar no "day after", sim. É o nosso entendimento como sociedade, e estamos trazendo isso de vários fóruns de discussão. Porque não é mais suportável viver do jeito que a gente vive. Doente. Cidade doente. Antes se falava cidade cinza ou cidade de pedra. Mas é uma cidade doente. Porque está adoecendo a gente. Por estresse, ou por causa do ar, ou por causa do trânsito, ou da poluição sonora, o que for. Da água. Estamos vivendo uma crise de água que eu escuto desde o Comitê Brasileiro de Grandes Barragens nas conferências e nos congressos. Desde a década de 80. Então se a gente está aí,



o que nós fizemos... Quantos anos são? De 85 para cá? De quando é a Constituição Federal? Cadê os fóruns? Os fóruns vêm para ajudar. Para construir. Para trazer o problema de cada um. Então nós estamos aqui justamente para construir. Junto com todos os três setores. Junto com a academia, que é muito importante a academia pode estar presente e colocar. É muito importante a sociedade trazer para cá. É muito importante o setor, o segundo setor trazer essas demandas. Então nessa construção, a gente tem que pensar na efetividade dos nossos projetos. Eficiência e eficácia. Mas efetividade, para que serve isso, vai resolver o problema? Eu acho que tem que ser o número um. A efetividade dos nossos projetos. Então a gente tem que pensar no depois e estar falando com todas as Secretarias envolvidas, os Conselhos são importantes, e nós temos que desenvolver essa visão mais holística, e sistêmica que, dentro do tripé que a gente fala tanto em sustentabilidade, para o empresarial, tem a instituição que é o... Eficiência econômica, justiça social, e a questão da proteção e conservação ambiental, nós temos o quê? Para a sociedade é cultura e educação, o quarto e quinto. Para o empresário é o primeiro. Quer dizer, depende, para o poder público, seria o quê? O poder público está aqui para falar. Então é questão o quê? De segurança pública? Qual é a questão? Ou o atendimento à população, à cidade, à cidadania? Então nós temos que ver e rever esses valores, que se funcionassem a gente não estaria aqui discutindo. Então nós temos que mudar de paradigma, de valores. A gente ouve falar muito sobre essas questões. Mas os conceitos são construídos independentes de cada setor. E respeitar, e conviver junto, trazer e evoluir. Desenvolver. Então, na minha opinião, aqui é uma oportunidade grande que os Conselhos estão tendo. E os Conselhos têm que se conversar. Sair daqui e levar para um Conselho maior, o Conselho da cidade. E dali, no estado. E assim vai. A sociedade está aqui com a sua demanda, com a sua representatividade, justamente para construir uma sociedade melhor. Qualidade de vida. Não é agredindo, não é desafiando nem nada. É para somar. Então, talvez, a gente precise rever a forma como a gente coloca. Eu acho que não tem necessidade. Todo mundo aqui está com essa proposta. E por isso que eu pergunto, de fazer um levantamento das gestões anteriores de colocar aqui, o que que já foi feito, o balanço, o que é que está pendente, o que a gente pode evoluir, para a gente poder ver e rever se vale a pena a gente continuar? Porque eu trouxe algumas demandas que ainda não conversamos sobre isso. Como é que está à política de mudanças climáticas para cá? A educação ambiental, a educação em relação aos resíduos? Lapa fez recentemente, agora em junho, sobre o mapa, muito bacana. Gostaria que trouxessem para cá. Eu achei uma coisa assim diferente. Construiu com a sociedade, com a área comercial. Então tem uma série de boas práticas que a gente também tem que rever e colocar. E pensar no futuro. Nós temos que rever os nossos projetos, sim. Porque os nossos projetos têm um objetivo. A efetividade, que é atender a sociedade. A cidade. A cidade de São Paulo é uma referência. A gente tem agora, a oportunidade de rever tudo isso. Então, ampliar o projeto. Se não forem suficientes dois anos. Então vamos rever. Qual é esse custo? A implementação. Porque quando a gente fala em aditamento de prazo, costuma ter aditamento de preço também. O quanto isso vai custar? Então têm uma série de coisas que a gente tem que rever, e implantar e construir junto com a sociedade. Aquele que vai usar aquilo, o que vai significar ali? Se essa é uma técnica também, oportuna. Porque será que só reduzir a velocidade na questão do córrego é suficiente?



Vai atender? Você vai resolver um problema, não pode criar outro? Quais são os outros problemas que podem criar? É uma solução pontual, ou é uma solução que realmente vai ter uma efetividade para toda a cidade de São Paulo? Porque uma coisa eu não vejo. É um ciclo. É uma visão sistêmica. Tudo tem a ver com tudo, e todos. É uma coisa que diz... dá desdobramento. Uma coisa está ligada à outra. Então a gente tem que olhar com essa visão mais macro. Na minha leitura, é mais macro. E é o “day after” que eu também, como as instituições que eu represento, aqui eu estou representando a UGT, mas atrás da UGT tem as nossas parcerias, que a gente está debatendo a questão amplamente. E temos essa oportunidade. Vamos discutir agora, todas essas questões, lá em Itaipu, no dia 31, sobre mudanças climáticas, porque não vai ter a... mudanças climáticas no final do ano, falando da COP 20. E não vamos refletir? São Paulo está em peso discutindo isso. E isso não tem nada a ver aqui? Tem a ver com tudo. O social, o econômico, e o ambiental. O cultural e o educacional. O institucional tem tudo... Então, o que eu vejo aqui é o seguinte: de propor essa visão aqui, que a gente precisa trazer, da academia também, estar junto com o poder público, de discutir essas questões, e trazer, complementar, e quando houver uma apresentação, cada um dá o seu enfoque. O poder público tem que pensar de uma maneira diferente e começar. Porque a sociedade já está cobrando isso. De pensar como nós vamos apresentar novas idéias, um novo olhar. Obrigada.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Obrigada. Só trazendo uma informação. O CADES convidou uma pessoa do Instituto de Engenharia para fazer a apresentação dos solos, que é um pedido de pauta da Cristina Antunes. Mas por conta da Copa, eles não tiveram como vir para, trazer essa apresentação. Só depois de julho. E também um pedido do senhor Ivo. Também fiz um convite para o DEPAVE vir e fazer, uma apresentação. E continuando aqui, com as nossas inscrições, quem vai falar agora é o doutor Lucas.

Cons. Lucas: Bom dia a todos. Lucas Felipe, agora representando SMSP. Eu acho o debate aqui é muito positivo e agrega bastante, tanto para a SIURB, quando vão elaborar os projetos deles, para eles terem outras visões, e tudo o mais. Agora, eu acho que o papel do Conselheiro aqui no CADES, isso eu já falava desde quando eu estava como Diretor do DECONT na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, eu acho que ele tem que ser muito mais ativo do que hoje ele é. Quantos daqui, dos Conselheiros, tiveram acesso ao EIA/RIMA, foram participar das Câmaras Técnicas para ter uma noção maior do conteúdo que está sendo discutido aqui. Eu acho que todas as colocações da Fátima e da Cristina são muito positivas. Agora, eu acho que todo esse debate, se tivesse sido realizado na época das Câmaras Técnicas, onde a gente está discutindo realmente, o empreendimento, o que vai ser cobrado do empreendedor, para ele apresentar como uma contrapartida para a viabilidade ou não do empreendimento... Acho que as audiências públicas que são realizadas, e que onde a população participa e traz as questões dos anseios, e tudo o que a população do entorno de onde a obra vai ser executada, são levadas, e a área técnica do DECONT acompanha as audiências. O pessoal das Câmaras Técnicas acompanham as audiências. Então eu acho que todo esse debate, ele é muito positivo. E acho que a nossa participação aqui como Conselho, ela tem que ser mais ativa no momento certo. Agora a gente traz aqui uma série de questões, como



sugestões que são positivas, e eu acho que agregam muito em todo o processo que é realizado... Então eu acho que essa participação... Eu sei que ninguém aqui tem disponibilidade para estar em todas as reuniões. Para ficar em cima. Que não é possível. Mas uma Câmara Técnica, ela se reúne diversas vezes até chegar a um relatório para vir aqui para a plenária do CADES. E mesmo que não se possa ir a todas as reuniões da Câmara Técnica, o estudo está lá no DECONT, disponível. Qualquer um pode chegar lá, pegar, pedir para olhar. Ir ao DPP, entrar no site da Secretaria, ter acesso, ler o que está ali dentro. Então essa era a colocação que eu queria fazer aqui, e parabenizar a Câmara Técnica que participou, e a equipe do DECONT que participou também. Obrigado.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Azzoni.

Cons. Alessandro Azzoni: Só a nível de contribuição, ao Ricardo e à Cristina. Eu também sou Conselheiro Participativo da Vila Mariana. Sou coordenador lá no meu Conselho. Só lá nós temos quatro conselheiros, dois titulares e dois suplentes no CPOP, que é o Conselho de Planejamento e Orçamento Participativo. E lá no CPOP, ele não tem distinção entre suplente e titular. Ambos fazem a mesma função. Então eu vou colocar os meus Conselheiros lá para poderem fazer pressão dentro do orçamento, dentro de SEMPLA, para garantir a verba para as subprefeituras, para a limpeza dos piscinões. E nós aqui, eu e o Eduardo, ele como o titular, eu como suplente no CPOP, pelo CADES. E na última reunião da semana passada, que foi segunda-feira retrasada, foi colocada uma proposta do SEMPLA, justamente sobre os Conselhos Temáticos. O que nós faremos como Conselho Temático? E ela seria exatamente essa proposta. Caiu como uma luva para poder apresentar lá para eles, com uma ideia de contemplar uma verba para as subprefeituras para fazer a limpeza dos piscinões. Não custa nada nós levarmos essa parte como Conselho Temático. Então se me der essa autorização, eu faço essa proposta lá no SEMPLA. Nós fazemos.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Fernando.

Cons. Fernando: Fernando Fortes, Secretaria de Transportes. Só para fazer um comentário aqui. As pessoas vão falando aqui e a gente vai lembrando de algumas coisas. Eu sou engenheiro concursado da prefeitura de São Paulo há alguns anos, e trabalhei na Subprefeitura de M'Boi Mirim. Eu entrei lá como supervisor de manutenção. E a maioria aqui deve conhecer, pelo menos do noticiário, o que é a subprefeitura de M'Boi Mirim, que é onde se tem 45% de áreas de risco geológico do município. Eu acho que cerca de 30% das áreas de risco hidrológico do município. E eu era supervisor de manutenção, então eu conheço bem isso. Eu entrei muito em córrego. Então eu passei a Coordenador de Obras. Uma das supervisões que eu cuidava, era de manutenção. E teve época que eu acumulei a coordenação de defesa civil da subprefeitura também. Então eu conheço muito esse assunto. E conheço de perto, e tirando gente debaixo de área desbarrancada e ajudando a tirar gente falecida. Então eu conheço... Assim, eu tenho uma experiência boa. Quando eu estava na subprefeitura, foi lançado o Programa Córrego Limpo pelo saudosíssimo engenheiro Antônio Arnaldo. E a gente viu uma luz no fim do túnel. Agora vão deixar de serem lançadas as águas servidas e esgotos nos córregos. E infelizmente, esse programa, pelo que eu



saiba, ele está completamente congelado. Enquanto não estiver a Sabesp junto com o município, junto com o governo federal, não tomarem a decisão de evitar que o esgoto... Da onde vêm os sedimentos que decantam nos piscinões, ou nas Bacias de amortecimento, ou dentro das casas dos ribeirinhos que existem em São Paulo, isso é inevitável, a gente vai enxugar gelo. Desassorear piscinão é enxugar gelo. Enquanto não evitarmos que o esgoto chegue ao piscinão, que é 90% do material sólido que decanta no piscinão, é perda de tempo. Não vai somar nada. Então é uma coisa que a gente tem que debater antes... antes não, mas paralelamente às soluções hidráulicas e hidrológicas, debater a mitigação dos esgotos que chegam nos córregos. Senão, infelizmente, tecnicamente, é um... Eu sou da área de transportes, eu sou politécnico, eu tive um professor de engenharia de tráfego que falava que tráfego e hidráulica são exatamente a mesma coisa. Os conceitos são exatamente os mesmos. Então, na minha cabeça, eu enxergo o tráfego como uma rede de instalações hidráulicas. Então se você tem um carro quebrado no meio do caminho, é a mesma coisa que você ter um lançamento de esgoto dentro de um córrego. É exatamente a mesma coisa. Então é só para fazer esse comentário, que a gente está debatendo questões hidráulicas, de velocidade de escoamento, de retenção, de remanso, de várzea, que é o atland, que é a mesma coisa. E estamos esquecendo de debater o causador do problema maior, que é o esgoto lançado na rede de águas pluviais. Obrigado.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Senhor Ângelo, rápido.

Cons. Ângelo: Ângelo, Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste. Só aproveitando o gancho do Azzoni, quando ele falou da valorização do suplente, eu acho que aqui nós temos suplentes que vêm em quase todas as reuniões. Quando eu entrei nessa questão de solicitar ao titular a palavra, acho que tínhamos que acabar com isso. Porque tem gente querendo falar e não quer pedir para o titular.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Obrigada. Bom, eu vou propor a votação do Parecer Técnico 003/CADES/2014, e vou pedir para que nós continuemos a discussão e a inclusão de pedido de pauta na sequência. Vamos para a votação do Parecer técnico 003/CADES/2014 da Câmara Técnica II - Obras Viárias, Drenagem, Transporte e habitação, que analisou o Estudo de Impacto Ambiental das Obras de controle de Inundações da Bacia do Alto Aricanduva. Algum Conselheiro se opõe? Então o **Parecer Técnico nº 003/CADES/2014 - da Câmara Técnica de Obras Viárias, Drenagem e Transporte que analisou o Estudo de Impacto Ambiental das Obras de Controle de Inundações da Bacia do Alto Aricanduva foi aprovado por unanimidade.** E, na sequência, a inclusão de pauta. E eu vou pedir à Cristina, com a palavra.

Cons. Cristina Antunes: O comentário do Fernando acende uma luz no fim do túnel. Realmente, não é só o lixo que vai parar nas galerias de águas pluviais e que vai parar nos piscinões. Realmente, tem outro tipo de resíduo que a Sabesp contribui. Nós temos casos... não é só lá no M'Boi. Conheço aquela região também. Mas no meu bairro, que é um bairro de classe média, classe média-alta, a Sabesp despeja esgoto... A Sabesp canaliza a rede para dentro de um córrego. Entendeu? Então isso daqui é um problema



muito sério. E eu fico muito feliz que de repente, o Clip possa envolver também a Sabesp, além dos outros órgãos. Com relação ao que você falou Lucas, eu acho que você está pedindo um esforço sobre-humano aos Conselheiros. Impossível. Não tem como a gente participar de todas as Câmaras Técnicas. E para isso existem as Câmaras Técnicas. As Câmaras Técnicas é um grupo que sai deste Conselho como um todo, para trabalhar especificamente. O que a gente tem... a resposta que a gente tem, é essa mesmo. Apresentação que vá permitir que a gente pontue algumas questões. Eu acredito, assim como o Azzoni, muitos de nós participam em outros Conselhos também, em outros fóruns, e nós não somos funcionários públicos. Nós temos que ganhar o pão de cada dia também. Nós estamos aqui, as 11h20min, aliás eu preciso fazer um comentário... A gente precisa começar na hora, essas reuniões. Porque a gente tem que trabalhar. A gente tem que fazer render a manhã. Não dá para ficar aqui até as 10hs, que foi quase a hora que começou. Desculpa esse comentário, mas eu acho que é importante que as pessoas se deem conta de que existe horário, horário tem que ser cumprido. E com relação à outra solicitação, que eu peço que entre novamente em pauta, é importante que a gente saiba qual foi a participação desta Secretaria na elaboração do PDE. Isso envolve a apresentação desse mapa hidro-geológico, e as providências com relação a ações que já estão na mesa há muito tempo, que não foram empreendidas. O PDE vai ser votado por agora, eu acompanhei as audiências públicas, com muito esforço, mas acompanhei, e eu não vi, em nenhuma delas, sequer um representante da Secretaria. Então não é nem que tenha dado pitaco no Projeto de Lei. Não vi ninguém nas audiências públicas, para defender a questão ambiental. Nós vamos ter um adensamento construtivo que só vai fazer piorar essa situação que a gente já tem. O impacto hidro-geológico que vai agravar também, regiões que são extremamente vulneráveis com relação a isso, e nenhuma palavra, nenhum item, nenhum inciso, nenhum artigo no Plano Diretor Estratégico, que se preocupe com isso. Então, Ocléres, eu quero reiterar meu pedido dessas duas questões entrarem na pauta. É uma responsabilidade desta Secretaria em participar dessa discussão. Agora o PDE já foi. Paciência. Já perdemos o bonde. Mas vai ter a discussão dos planos regionais. E nos planos regionais, a gente pode impor, pode incluir restrições que sejam efetivamente voltadas a essa questão hidro-geológica de estabilidade do solo. Para dizer o mínimo. Obrigada.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Com a palavra, agora, o Secretário Ricardo Brandão.

Secretário Ricardo Brandão: É importante, sem dúvida, o que foi levantado pela Conselheira Cristina, do Plano Diretor Estratégico. Agora, o que eu quero pontuar é assim, que a partir de março, quando nós assumimos, nós temos participado ativamente, sim. Inclusive estamos interagindo direto com o vereador Nabil, com a assessoria dele e incluímos vários itens, sobre criação de novos parques, sobre a zona rural, sobre as ZEPANS, zonas especiais de proteção ambiental, então assim, de março para cá, a nossa participação tem sido muito ativa. Inclusive com a presença aqui, da diretora de DEPLAN, que tem contribuído muito com essa discussão. E anteriormente ao que eu sei, ou seja, de janeiro do ano passado até março, quando nós entramos, que a Secretaria participou das audiências públicas, das conferências, houve todo um trabalho pretérito dos nossos antecessores. Agora, isso sim, precisa ser colocado como eu



acho que é muito importante a pauta, porque nós esperamos que está para ser votada. Já era para ter sido votada, enfim... Todas, algumas questões aí, da nossa Casa Legislativa, mas esperamos que até o final da Copa, como ficou um marco agora, até o final da Copa, seja votado. Mas assim, eu quero pontuar que a Secretaria, institucionalmente, participou ativamente de toda elaboração desse Plano Diretor.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Obrigada. Senhor Ângelo. É para inclusão de pauta.

Cons. Ângelo: Ângelo, Fórum da Zona Leste. A primeira inclusão de pauta seria informação sobre a licença ambiental para o Templo de Salomão. Uma grande obra que está sendo realizada no Brás, Celso Garcia, João Boemer. A pedido de companheiros, eu, no ano passado, fiz uma solicitação para essa Secretaria, através do Secretário. Mas eles acharam que a resposta não foi convincente a respeito que é uma obra de mais de cem mil metros quadrados, somente a garagem é para 1800 veículos. E parece que não passou nada nessa casa. A segunda inclusão de pauta seria um estudo melhor sobre os CADES regionais, que talvez nós até pudéssemos pensar como teve com a coleta seletiva, uma câmara especial para dar melhor acompanhamento... Quando não é o subprefeito ausente, são as Secretarias envolvidas que não manda representante, e quando colocam nome, é somente para estar no papel. Que é até pior, porque é considerado como Conselheiro, e prejudica no quórum dos trabalhos. E outra coisa: a gente revê essa questão do suplente aqui nessa casa. Obrigada.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Mais alguma inclusão de pauta? Fátima?

Cons. Fátima Cristina: Cris Palmieri, GT. É o seguinte: gostaria de saber sobre a questão da política de educação ambiental que foi levantada. Daquela comissão em relação às mudanças climáticas aqui na Política de mudanças climáticas na cidade. E a terceira questão são as intervenções que vão acontecer aqui no município, em relação ao projeto que já começou a construção... a implementação, construção, ampliação, do Centro de Convenções Imigrantes. Porque ali tem um resíduo de mata atlântica, ali tem o Riacho Ipiranga, como será aquele projeto e o que vai envolver em relação ao sistema viário ali naquela região, da zona sul? Obrigada.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Olga.

Cons. Olga: Obrigada, Ocleres. Eu gostaria de manifestar a minha opinião. Eu fiquei muito aborrecida com a manifestação da companheira Cristina Antunes, de que nada da questão de solos, porque a questão ambiental, ela contém vários temas, várias faces. Inclusive complementando, e completando o que o senhor Secretário falou, o que ficou mais evidente no PL, nesse final, foram as questões assim, mas, digamos, ligadas à biodiversidade, aos parques, a questão de vegetação, a questão também de qualidade urbanística com relação ao verde, na cidade, tudo isso. Só que houve um esforço assim, hercúleo, da equipe que trabalhou nisso, entendeu? No projeto executivo, e que eu gostaria de, pessoalmente aqui, dar um crédito importante para o pessoal do DEPLAN, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Eu não vou citar nomes, eu acho desnecessário. Nós trabalhamos muito. E eu, pessoalmente, coordenei pela SMDU, esta empreitada, de se trabalhar com a questão do meio físico. Vamos chamar de meio físico. Com a



geomorfologia, com os dados que se tinha de geotécnica, certo? Fizemos mapa de aptidão para urbanização. Isso eu estou falando da fase do projeto executivo. E eu gostaria de fazer uma espécie de um testemunho meu, de assim... Quem viver verá. O quanto é difícil essa transição entre se trabalhar com o Executivo e a delicadeza de se passar esse projeto para o legislativo. E eu também, por uma questão pessoal, que vocês sabem que nós, de meio ambiente, somos poucos, e nos ajudamos muito. Então realmente, eu também colaborei na fase do executivo, no começo, e tem uma colega que era daqui. **Atualmente ela está na assessoria da SMDU, que continua colaborando, e que é uma pessoa extremamente importante na questão do meio físico. Então, se as coisas não ficaram claras, se as coisas não apareceram, é por uma questão assim, extremamente complexa, que não cabe a eu ficar contando como foi. Mas, com certeza, quando você fala em restrição ambiental, o bicho pega. Eu acho que é isso... Ser muito grosseiro, muito simplista. Não é fácil, gente. Agora, uma coisa que nós conseguimos, e que isso é uma coisa, que está nas entrelinhas do próprio PL, é que foi delimitar, dentro do município de São Paulo, uma macro-zona de proteção ambiental que é grande, e que nós, graças ao empenho da Secretaria do Verde, desse pessoal assim, que... Vamos dizer assim, é ativista, até, de meio ambiente, defender o rural. A não-urbanização total dessa cidade. Isso eu acho muito importante. E que está dentro da macro-zona de proteção ambiental. Então eu gostaria gente, que vocês dessem crédito, um pouco, para o que nós fizemos. Está faltando muito, mas nas entrelinhas das disposições, dos dispositivos de vários capítulos, e principalmente daquele do ordenamento territorial, nas entrelinhas há oportunidade, e é agora, e é agora que nós temos que brigar por isso, que são os planos regionais. Está nas entrelinhas a utilização, por exemplo, da carta geotécnica, o respeito às fragilidades ambientais, tem muita coisa. O meu recado, eu acho que até foi bom eu ter ficado, digamos que aborrecida, porque acho que estou fazendo uma solicitação aqui para nós, para esse Conselho, de nós ficarmos de olho, e batalhar juntos, como ambientalistas, na parte agora, do plano regional. Principalmente em relação... Eu não vou falar, mas é a parte mais polêmica, que todo mundo sabe qual é, do plano. Não é? Eticamente, eu não posso me referir. Todo mundo sabe aonde é que está pegando. E claro que isso tem envolvimento com a questão do sítio físico. E também da questão social.**

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Ok. Senhor Ivo, e Cristina, e as inscrições estão encerradas. Por favor.

Cons. Ivo: Solicitando que o suplente tenha liberdade e voz a hora que ele quiser. Eu acho que o ordenamento dessa casa sempre foi assim. Ele não tem suplente. Porque ele não quis. Não trouxe no bojo. Então eu acho que uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Eu estou indeferindo essa reflexão dele. Obrigado.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Só um minuto. Cristina Antunes. Por favor.

Cons. Cristina Antunes: Pela ordem. Olga, eu jamais ia querer te aborrecer com alguma coisa, mas fico também, feliz que você tenha se manifestado com esse aborrecimento. Porque eu, já fiz três reuniões nossas, eu pedi que a Secretaria apresentasse a sua participação na discussão do Plano, e infelizmente,



até agora, isso não aconteceu. Você está trazendo uma informação importante. Você sabe que comunicação é um calcanhar de Aquiles em qualquer fórum, certo? As contribuições que o Ricardo apontou de zona rural, e você reiterou. De zona rural e algumas outras providências ambientais são fundamentais no plano. Mas foram colocadas como contribuição da comissão de política urbana, está certo? Eu estou contando isso para você, porque nós acompanhamos isso. E eu, de fato, não vi participação física dos representantes desse grupo lá nas audiências públicas. Eu devo até dizer que a audiência pública é um grande teatro, é um negócio assim, só para cumprir agenda, mas é a tal história: se nós não vamos, eles dizem... Ah, você não veio. Estava lá. Era a chance de participar. Então eu entendo até... Teve gente da Secretaria de Habitação, recentemente. Por causa do movimento do MTST, que tem sido extremamente competente para fazer pressão sobre a Câmara, está certo? Independente do mérito, a gente tem que reconhecer que eles estão fazendo... Ou da forma... Tem que reconhecer que eles estão cumprindo um papel, mas o questionamento mais importante que nós fizemos o tempo inteiro, e que envolve a questão ambiental não é a Nova Palestina, nem a Copa do Povo. Não é isso. Porque têm a ver com uma questão muito mais delicada, muito mais fora do nosso alcance, para discutir. Tem uma história de décadas, atrás. Mas é a questão do adensamento construtivo. A questão hidrogeologia. Do uso do solo nesse sentido. E isso compete a esta Secretaria, compete também à SIURB. Porque a SIURB trabalha também com essa área. E isso daqui passou batido na Câmara. Ficou assim, sem uma pincelada de uma ótica ambiental. Se houve, dentro do grupo que estudou, eu fico muito menos preocupada. Ou por outra... Quer dizer, resta uma preocupação porque se houve, não foi ouvida. Se houve com h, não foi ouvida. Agora, nós temos sim, que trabalhar, agora nos PDR, os planos regionais são a nossa última chance de resolver, de amenizar o impacto desse plano, que tem realmente impacto ambiental... Impactos ambientais fortíssimos. Não só nessa questão hidrogeologia, mas na questão de ilhas de calor, de aeração da cidade, de poluição sonora, poluição ambiental, e isso passou batido, porque prevalece no Plano Diretor. Ou prevalecem outros interesses. Todos nós sabemos disso. Não é mistério para ninguém. Certo? Então eu por um lado lamento, por outro lado fico feliz que você tenha se manifestado em relação a esse comentário. Obrigado.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Passarei a palavra para a Maria Rosa, Diretora do DEPLAN, para fazer algumas considerações.

Cons. Maria Rosa: Maria Rosa, Diretora de DEPLAN. Cristina, eu discordo de você. Porque eu vou citar até nomes: arquiteta Hélia e a geógrafa Marcela participaram, foram nas reuniões que tiveram, acredito que no Anhembi, em um final de semana. Elas participaram, e trouxeram para o DEPLAN, tudo o que foi exposto, então as duas de DEPLAN, da Secretaria do Verde, estão participando sim, e muito.

Cons. Cristina Antunes: Isso daí reforça a necessidade de trazer esse trabalho aqui para o CADES.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Senhor Ângelo, seja breve, por favor.



Cons. Ângelo: Ângelo, FDZL. A questão de eu não ter suplente, não sou eu que escolho o meu suplente. Foi amplamente divulgada nas três subprefeituras, e eu não tenho culpa se ninguém se interessou. Eu fiz a minha parte, como tenho feito há 8 ou 9 anos que eu estou nessa Casa. Eu acho que os senhores conhecem o meu modo de trabalhar. Agora, eu não sou obrigado a trazer Conselheiro Suplente. O Suplente é escolhido em eleição. Não tenho culpa se não houve outro candidato. Obrigado.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Obrigada. Senhor Eduardo, gostaria de falar algo?

Cons. Eduardo: Caras conselheiras. Caros conselheiros. Eu acho que os debates são sempre bons. Cada um ou cada uma que falava aqui, eu lembrava outro assunto. Tive que me conter várias vezes para não falar de outros assuntos. Então agradeço a paciência, a participação. E vamos seguir em frente com as propostas de pauta, que a senhora Ocleres vai sistematizar. E abrir os caminhos aí, para nós conseguirmos, cada vez mais, construir uma relação muito boa entre nós, e para a cidade. Que eu acho que é o objetivo maior de todos nós. Muito obrigado.

Secretária Executiva Ocleres Harkot: Damos por encerrada essa reunião Plenária Ordinária do CADES. Obrigada e bom dia a todos.

Wanderley Meira do Nascimento

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente
Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável – CADES

Conselheiros presentes:

ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI
ANGELA MARIA BANCO
ANGELO IERVOLINO
ANDRÉ DIAS MENEZES DE ALMEIDA
CARLOS CAVALCANTI DE ARAÚJO
CRISTINA ANTUNES
EDUARDO IGNÁCIO DE FARIA
EDUARDO STOROPOLI
FATIMA CRISTINA FARIA PALMIERI
FERNANDO BORGES FORTES
GEORGE DOI
HELDER AURO DOS SANTOS
HELGIS TORRES CRISTÓFARO

IVO CARLOS VALENCIO
JOSÉ ANTONIO CRUZ
LUCAS PHELIPPE DOS SANTOS
MARIA C. SCANTAMBURLO KIRSNER
MARIA LUCIA TANABE
MARIA ROSA PISANI
MAURO PEREIRA DE PAULA JUNIOR
MONICA DE SÃO THIAGO LOPES
MURILO REPLE PENTEADO ROCHA
OLGA MARIA SOARES E GROSS
OSVALDO FIGUEIREDO MAUGERI
RITA DE CÁSSIA M.DE LIMA SIQUEIRA

Conselheiros suplentes presentes:

ADILSON ALVES DIAS / CLAUDIO GURDOS / ELIANA SAPUCAIA RIZZINI / JOSÉ CARLOS ANDERSEN / JOSÉ ULISSES BEZZERRA DE FRANÇA / MARCIO ESTEVES DA SILVA

Coordenador Geral:

Luis Eduardo Peres Damasceno

Secretária Executiva:

Ocleres Harkot